



Caderno CRH

ISSN: 0103-4979

revcrh@ufba.br

Universidade Federal da Bahia
Brasil

Jácome Rodrigues, Iram; Cunha Pontes, Cecília Carmen; Ramalho, José Ricardo; Santana, Marco Aurélio

VELHOS E NOVOS OPERÁRIOS DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA: comparações entre o ABC Paulista e o Sul Fluminense

Caderno CRH, vol. 19, núm. 46, enero-abril, 2006, pp. 75-85

Universidade Federal da Bahia

Salvador, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=347632168006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

VELHOS E NOVOS OPERÁRIOS DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA: comparações entre o ABC Paulista e o Sul Fluminense

*Iram Jácome Rodrigues, Cecília Carmen Cunha Pontes,
José Ricardo Ramalho, Marco Aurélio Santana*

INTRODUÇÃO

O processo de reestruturação pelo qual passou a indústria automotiva brasileira na última década não só implicou uma alteração dos métodos e da organização da produção, como também modificou o perfil das regiões onde estão instaladas as empresas e seus trabalhadores. As mudanças ocorreram a partir de uma ação global dessas cadeias produtivas, que passaram a se estruturar em redes, a flexibilizar o processo e as relações de trabalho e a buscar novas vantagens competitivas. Em termos de localização, movimentos de reespecialização regional passaram a se constituir em importantes estratégias para a redução de custos, principalmente no que diz respeito aos salários.

De fato, nessa conjuntura, o setor automobilístico apresenta características bastante diferentes daquelas encontradas no início dos anos 1990. Como resultado do “regime automotivo”, criado pelo governo federal no meio da década passada, houve uma seqüência de novos investimentos com o objetivo de reconfigurar o parque industrial existente e instalar, através de uma variedade de incentivos fiscais (ver, por exemplo Arbix e

Rodriguez-Pose, 1999), novas unidades fabris em regiões de tipo *greenfield*. No que diz respeito aos municípios que abrigam as fábricas, os efeitos foram diversos, desde o avivamento econômico, no caso das novas localidades, até o esvaziamento e a crise, no caso dos municípios tradicionais. Essa situação traz também elementos novos com relação ao papel do trabalho e dos trabalhadores: a formação de novos grupos operários metalúrgicos, o aumento do desemprego e da insegurança, no caso dos grupos operários tradicionais, a premência de se repensar uma ação sindical formada no padrão fordista e que agora tem de enfrentar o enxugamento das fábricas, bem como a necessidade de se criar de participar do debate sobre os rumos dos processos de desenvolvimento econômico e seus efeitos sociais.

A proposta deste texto é refletir, a partir de um *survey* com metalúrgicos da indústria automobilística de duas regiões brasileiras, sobre as diferenças e semelhanças no perfil dos operários de fábricas recém reestruturadas de região tradicional (ABC Paulista) e de fábricas recém inauguradas de regiões novas e sem tradição operária (Sul Fluminense). O objetivo é mostrar como esses tra-

balhadores, vivenciando contextos industriais diferentes, percebem as condições de trabalho, revelam a imagem que têm das empresas e das pressões que sofrem no cotidiano fabril. O argumento principal é o de que, a despeito das diferenças regionais, etárias, salariais, de tempo de trabalho na empresa, escolaridade etc., presentes na experiência dos dois grupos, esses aspectos não mudam o comportamento e as opiniões dos dois segmentos pesquisados sobre uma gama variada de temas, em boa parte porque as mudanças no processo produtivo passaram a ser comuns às fábricas. Vale dizer, não há rupturas e sim, indícios de continuidades no fazer-se dessa classe trabalhadora.

Essas duas regiões têm características distintas e enfrentam os novos movimentos das montadoras em contextos diversos. No ABC, a última década foi marcada pela reestruturação das empresas da cadeia automotiva, pela instabilidade econômica e pelo agravamento do desemprego (ver Conceição, 2001). Entre janeiro de 1980 e dezembro de 2002, por exemplo, foram cortados, aproximadamente, 52% dos empregos nas empresas do setor: eram 183.001 funcionários em janeiro de 1980; vinte três anos depois, ou seja, em dezembro de 2002, não passavam de 88.397. Com relação especificamente às montadoras, as perdas, em termos percentuais, foram um pouco maiores, com a desativação de 55% dos postos de trabalho, no mesmo período: de um total de 69.154, em janeiro de 1980, apenas 31.475 trabalhavam nessas empresas em dezembro de 2002.

No sul do estado do Rio de Janeiro, mais particularmente nos municípios de Resende e Porto Real, vivencia-se a outra ponta da experiência de São Paulo. A vinda das montadoras Volkswagen e PSA Peugeot Citröen teve o significado simbólico de colocar a região no mapa da indústria automotiva nacional e, graças aos inúmeros incentivos fiscais e obras de infra-estrutura, de consolidar um volume importante de investimentos. Com a chegada das novas montadoras, foram criados novos empregos, e pode-se dizer que um novo e substantivo grupo operário metalúrgico se constituiu.

A PESQUISA

Entre as principais questões que nortearam nossos procedimentos de análise dos dados, esteve a preocupação com os aspectos de heterogeneidade e homogeneidade que aparecem no perfil, nas práticas e nas opiniões dos operários da indústria automobilística nas duas regiões. Como pensar as diferenças entre esses dois grupos de trabalhadores? Poderíamos falar de *velha* e *nova* classe operária para explicitar as dessemelhanças? Ou será que suas histórias de vida, ainda que construídas em momentos diferentes, em termos geracionais, mais aproximam que distanciam suas práticas cotidianas?

Os operários do ABC que compuseram a amostra foram selecionados de um grupo que representava à época (dezembro de 2002), 30.866 empregados de montadoras na base do sindicato dos metalúrgicos do ABC, dos quais 23.399 sindicalizados. O *survey* foi realizado em quatro montadoras entre março e junho de 2003. Em média, levou-se um mês para a aplicação dos questionários. A densidade de sindicalização nas empresas é muito alta, cerca de 80%. Assim, optou-se por entrevistar apenas os empregados sindicalizados da Volkswagen, Ford, Daimler-Chrysler e Scania.¹ A listagem dos entrevistados foi obtida no sindicato e, a partir disso, tendo-se chegado ao número representativo da amostra, realizamos um sorteio aleatório daqueles que iriam responder ao questionário.

No Sul Fluminense, os trabalhadores foram selecionados aleatoriamente de um universo de 900 funcionários do chão de fábrica da Volkswagen em Resende. Os questionários foram aplicados no interior da empresa e realizados em setembro de 2001. A fase de entrevistas contou com o apoio do sindicato dos metalúrgicos do Sul Fluminense (subsede

¹ Esse questionário foi uma adaptação, para as quatro montadoras em tela, do questionário confeccionado por José Ricardo Ramalho e Marco Aurélio Santana e utilizado com os trabalhadores da fábrica da Volkswagen de Resende, como parte de pesquisa comparativa entre o Sul Fluminense e o ABC Paulista que estamos realizando com o apoio do CNPq e da FAPERJ.

de Resende), da comissão de fábrica² do “consórcio modular” e do setor de recursos humanos da empresa.

As questões propostas no questionário foram iguais para os dois grupos, e procuraram compor um perfil básico dos empregados das empresas, de modo a revelar suas concepções sobre as relações de trabalho, as relações com os órgãos de representação e a vida fora da fábrica. No caso do Sul Fluminense, o percentual de trabalhadores entrevistados permitiu que se fizesse uma projeção sobre o conjunto de empregados da Volkswagen e das empresas do “consórcio modular”, viabilizando, portanto, em termos estatísticos, uma percepção geral da fábrica no que se refere ao seu núcleo central de produção.

O PERFIL DOS TRABALHADORES

As Tabelas de 1 a 9, conforme veremos a seguir, apresentam as principais características dos trabalhadores do ABC e do Sul Fluminense nos itens referentes a sexo, idade, estado e (ou) região de origem, escolaridade, instrução do pai, trabalhadores que estão estudando, tempo de trabalho na companhia, emprego anterior e trabalho paterno.

Um aspecto marcante desse contingente é o percentual de trabalhadores do sexo masculino – a Tabela 1 mostra que, no ABC, atinge cerca de 96%, e, no Sul Fluminense, 97%. Pode-se dizer que o *locus* da indústria automobilística é, predominantemente, um espaço masculino.

Quanto à idade, a Tabela 2 mostra que os operários do Sul Fluminense são bem mais jovens: cerca de 45% estavam na faixa etária de 25 a 34

anos e 20% tinham até 24 anos, à época da pesquisa. No ABC, a faixa etária mais representativa, com quase 50%, vai de 35 a 44 anos. Na faixa de 45 anos ou mais, a situação se inverte: o ABC aparece com 16%, ao passo que, no Sul Fluminense, menos de 6% estão nesse intervalo de idade.

Tabela 2 - Idade

Idade	ABC Paulista %	Sul Fluminense %
Menos de 20 anos	0,2	4,4
20-24 anos	6,3	16,7
25- 34 anos	29,6	44,4
35- 44 anos	48,6	28,9
45 ou mais	15,6	5,6
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2003

A Tabela 3, sobre o local de origem, revela que a maioria dos trabalhadores do ABC, 63%, já são oriundos do estado de São Paulo, uma alteração de características anteriores, que mostravam uma forte presença de migrantes do Nordeste entre os recrutados. No entanto, quase 20% dos entrevistados, nos anos 2000, ainda vieram dessa região. No Sul Fluminense, surpreende a presença maciça de operários oriundos do próprio estado do Rio de Janeiro, cerca de 80%, tendo em vista que novas fábricas sempre atraem trabalhadores de diversas regiões do País.

Tabela 3 - Estado ou região de origem

Estado ou região de origem	ABC Paulista %	Sul Fluminense %
Rio de Janeiro	1,2	76
São Paulo	62,6	19
Minas Gerais	6,7	5
Nordeste	19,5	-
Sul	7,2	-
Centroeste	2,8	-
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2003

O tema da escolaridade, Tabela 4, tanto aproxima quanto distancia os trabalhadores das duas regiões. Tanto na base quanto no topo da pirâmide educacional, se considerarmos aqueles que têm ensino fundamental incompleto, de um lado, e os

Tabela 1 - Sexo

Sexo	ABC Paulista %	Sul Fluminense %
Masculino	95,5	97
Feminino	4,5	3
Total	100,0	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2003

² Sobre o tema específico da comissão de fábrica dessa empresa, ver Venzon Francisco, 2005.

Tabela 4 - Escolaridade

Escolaridade	ABC Paulista %	Sul Fluminense %
Ensino fundamental incompleto	11,2	6,7
Ensino fundamental completo	12,5	13,3
Ensino médio incompleto	8,4	23,3
Ensino médio completo	44,6	32,3
Superior incompleto	11,0	10
Superior completo	8,2	14,4
Pós-graduação incompleta	1,3	-
Pós-graduação completa	2,8	-
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2003

que fizeram curso superior, de outro, os trabalhadores do Sul Fluminense estão em melhores condições do ponto de vista de escolaridade: um pouco menos de 7% não terminaram o ensino fundamental, ao passo que, no ABC, esse percentual é de mais de 11%; e mais de 14% fizeram curso superior contra 8% no ABC. É certo que, se somarmos aqueles que têm curso superior completo com os que ainda estão cursando a graduação, chegamos a um percentual mais aproximado para os dois casos: 20% para o ABC contra 25% no Sul Fluminense. De toda forma, o que chama a atenção é que, no Sul Fluminense, a escolaridade dos trabalhadores é um pouco mais alta. Isso, de certa forma, se explica por ser uma classe trabalhadora mais jovem, de origem urbana e mais qualificada. No entanto, no tocante ao ensino médio completo, a superioridade dos trabalhadores do ABC aparece de forma bem nítida: 44% declararam ter completado o ensino médio, contra 32% do Sul Fluminense.

No que tange ao ABC, a questão da escolaridade mostra, mais fortemente, as mudanças que ocorreram com esses trabalhadores, se comparados com operários metalúrgicos estudados em épocas anteriores (Martins Rodrigues, [1963], 1970 e [1984], 1990). Na verdade, é um outro trabalhador. Quase a metade tem segundo grau completo e 20% estão cursando ou já concluíram o curso superior. Quando comparamos esses dados com aqueles mostrados na Tabela 5, referentes à escola-

ridade paterna, as diferenças são imensas. Entre os pais desses trabalhadores, aproximadamente 70%, não têm o ensino fundamental e, dentre esses, 17,5% são e (ou) eram analfabetos.

Com relação às montadoras do ABC, a Tabela 5, sobre a escolaridade paterna, mostra o abismo existente entre duas gerações de trabalhadores, o que se evidencia quando comparados com os resultados encontrados, por exemplo, por Martins Rodrigues em sua pesquisa de perfil dos trabalhadores da indústria automobilística na região do ABC paulista e na cidade de São Paulo, em 1984. No *survey* atual, quase 20% dos pais desses empregados são, ou eram, analfabetos; 41% têm, ou tinham, o ensino fundamental incompleto. E apenas 25% dos pais dos operários do ABC concluíram o ensino fundamental.

Tabela 5 - Escolaridade paterna

Escolaridade paterna	ABC Paulista %	Sul Fluminense %
Analfabeto	17,5	2,2
Ensino fundamental incompleto	41,3	56,7
Ensino fundamental completo	24,9	15,6
Ensino médio incompleto	4,0	1,1
Ensino médio completo	8,3	7,8
Superior incompleto	1,9	
Superior completo	1,9	5,6
Pós-graduação incompleta		
Pós-graduação completa	0,2	
Não sabe		11,0
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2003

No Sul Fluminense, os dados não são muito diferentes: quase 60% dos pais dos operários dessa região tinham, à época da pesquisa, o ensino fundamental incompleto e apenas 16% haviam completado o ensino fundamental. No que tange ao ensino médio, praticamente a mesma proporção de pais haviam completado esse estágio, nos dois grupos operários estudados, 8%. No entanto, é necessário observar que o percentual de analfabetos entre os pais dos trabalhadores dessa região é diminuto, cerca de 2%.

Dando continuidade a essa questão, a Tabela 6, que trata dos empregados que estão estudando, mostra que os operários do Sul Fluminense surpreendem nesse quesito: quase a metade está estudando (45,6%), contra apenas 21,2% dos trabalhadores no ABC. Uma possível explicação estaria no fato de aqueles operários serem mais jovens e de estarem ainda completando sua formação, ao passo que, no ABC, devido provavelmente à questão etária, talvez essa fase já tenha ficado para trás.

Tabela 6 - Empregados que estão estudando

Empregados que estão estudando	ABC Paulista %	Sul Fluminense %
Sim	21,2	45,6
Não	78,8	54,4
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2003

A Tabela 7, sobre a distribuição dos trabalhadores por tempo de trabalho na empresa, revela que mais de 70% dos trabalhadores do Sul Fluminense, em decorrência da VW ter se instalado no final do ano de 1996, tinham menos de seis anos de casa (71,1%) e somente 30% tinham entre 6 e 10 anos de trabalho na empresa. Já com relação a São Bernardo do Campo, pouco mais de 42% estavam há mais de 16 anos na companhia. Embora seja difícil comparar esses dados, devido à diferença de idade das fábricas, nota-se, no entanto, uma tendência à pouca rotatividade de empregados.

Tabela 7 - Tempo de trabalho na empresa

Tempo de casa	ABC Paulista %	Sul Fluminense %
Menos de 6 anos	5,8	71,9
6 a 10 anos	24,4	29,9
11 a 15 anos	27,6	
16 a 20 anos	30,6	
Mais de 20 anos	11,6	
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2003

As Tabelas 8 e 9 tratam do emprego anterior

Tabela 8 - Emprego anterior

Emprego anterior	ABC Paulista %	Sul Fluminense %
Em outra montadora de veículos	7,4	4,4
Outra empresa metalúrgica	37,6	20,0
Indústria não metalúrgica	15,2	21,1
Por conta própria	6,1	14,4
Empregado no comércio	7,5	22,2
Primeiro emprego	14,5	6,7
Outros	11,7	11,2
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2003

e do trabalho paterno. Essas questões são importantes, uma vez que os dados podem nos dar um quadro da trajetória da vida profissional familiar desse trabalhador. E, com isso, temos condições de saber, com mais propriedade, por exemplo, se são trabalhadores industriais de primeira geração ou a segunda geração operária.

Entre os trabalhadores do ABC, conforme a Tabela 8, mais de 60% possuíam experiência de trabalho industrial, contra 45% dos operários do Sul Fluminense. No que tange ao emprego no ramo metalúrgico, esses patamares são bem distintos, respectivamente, 45% e 25%, revelando a menor tradição desses últimos. E, no caso do ABC, se acrescentamos os entrevistados que afirmaram ser o primeiro emprego, quase 15%, o percentual dos que têm uma experiência anterior no trabalho fabril é ainda maior. Isso porque, nessas montadoras, é comum trazer os jovens – em geral, filhos ou outros parentes de funcionários – para fazerem o curso do SENAI dentro das próprias empresas, por três anos, na qualidade de aprendizes e depois serem contratados pelas montadoras. No caso dos trabalhadores do Rio de Janeiro, mais de 22% tiveram experiência prévia no comércio e 14% em atividades por conta própria, o que confirma uma experiência fabril anterior bem menor. Esses dados são acentuados quando se discute o trabalho paterno - Tabela 9. Quase a metade dos pais dos operários do ABC trabalha ou trabalhou na indústria. No Sul Fluminense, apenas 1/3 teve ou têm experiência fabril. Talvez pelo fato de o ABC ter sido uma região com forte fluxo migratório, no que tange à trajetória rural dos pais, mais de 25% de-

Tabela 9 - Trabalho paterno

Trabalho paterno	ABC Paulista %	Sul Fluminense %
Em outra montadora de veículos	26,6	6,7
Outra empresa metalúrgica	11,1	12,2
Indústria não metalúrgica	10,4	14,4
Lavoura	25,7	5,6
Por conta própria	12,0	18,9
Empregado no comércio	2,1	1,1
Outros	12,1	41,1
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2003

les trabalham ou já tinham trabalhado na lavoura, contra cerca de 6% dos pais dos trabalhadores do Sul Fluminense.

Em resumo, os trabalhadores do Sul Fluminense são mais jovens e, em ambos os casos, majoritariamente nascidos nos estados onde estão localizadas as fábricas. No tocante à escolaridade, em que pesem algumas discrepâncias nas faixas mais baixas e mais altas de escolarização em favor dos empregados do Rio de Janeiro, os dados mostram um equilíbrio no conjunto. Na verdade, os dois grupos têm nível de escolaridade superior, se comparados com a média do setor industrial brasileiro, sendo que a ligeira vantagem do Sul Fluminense nesse item se deve, possivelmente, ao maior peso de empregados de origem urbana, em comparação com o ABC.

CONDIÇÕES DE TRABALHO

As Tabelas 10, 11, 12 e 13 se referem às opiniões dos trabalhadores em relação ao ambiente de produção: condições físicas, ritmo de trabalho, posições desconfortáveis e exaustão.

Tabela 10 - Condições de trabalho

Condições de trabalho	ABC Paulista %	Sul Fluminense %
Ótimo	17,4	21,1
Bom	63,6	64,5
Razoável	17,6	13,3
Ruim	1,4	1,1
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2003

O que se observa na Tabela 10 é que o grupo do ABC se aproxima do grupo do Sul Fluminense no que diz respeito ao índice elevado de satisfação com as condições de trabalho. Seria plausível supor que houvesse uma diferença expressiva entre os dois grupos nesse quesito, e que os operários do ABC fossem mais críticos, tendo em vista que há uma tradição operária na indústria

Tabela 11 - Ritmo de trabalho

Ritmo de trabalho	ABC Paulista %	Sul Fluminense %
Muito rápido	14,8	20,0
Rápido	36,5	37,8
Na medida certa	45,6	40,0
Lento	3,1	2,2
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2003

Tabela 12 - Trabalho em posição desconfortável

Trabalho em posição desconfortável	ABC Paulista %	Sul Fluminense %
Todo o tempo	5,5	10
Grande parte do tempo	12,0	8,9
Metade do dia	4,6	5,6
Pequena parte do dia	15,4	10
Nunca	62,5	65,5
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2003

Tabela 13 - Freqüência com que se exaure no trabalho

Freqüência com que se exaure no trabalho	ABC Paulista %	Sul Fluminense %
Todos os dias	8,7	12,2
A maioria dos dias	16,9	11,1
Metade do tempo	4,5	6,7
Alguns dias	57,2	58,9
Nunca	12,7	11,1
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2003

automobilística e uma forte tradição sindical. As respostas mostram que, para 81% dos trabalhadores das montadoras no ABC, as condições de trabalho são consideradas “ótimas” ou “boas”. No Sul Fluminense, esse percentual chega a 85,5%,

com a predominância da avaliação de que as condições de trabalho são boas – 63,6%, no ABC e 64,4% no Sul Fluminense. Esses índices praticamente idênticos talvez revelem uma avaliação padrão entre os trabalhadores que são recrutados pela indústria automobilística, apesar das diferenças no que tange à formação desses dois grupos de operários metalúrgicos.

Na Tabela 11, que trata do ritmo de trabalho, aparece certa contradição com os dados da tabela anterior. Nesse caso, 15% dos empregados das montadoras no ABC consideram o ritmo de trabalho “muito rápido” e 36,5% “rápido”; no Sul Fluminense esse percentual é de 20% e 37,8%, respectivamente. É interessante notar que, nas montadoras do ABC, apesar da organização dos trabalhadores no interior das empresas, das Comissões de Fábrica e, principalmente, da participação do sindicato na luta pela diminuição do ritmo de trabalho, durante os anos 1970 e 1980, não foi possível, de acordo com os entrevistados, levar adiante uma diminuição expressiva do ritmo de trabalho. Por isso, os operários das duas regiões, talvez pelas novas formas de organização do processo produtivo, continuem considerando o ritmo de trabalho rápido.

As Tabelas 12 e 13 se referem ao tempo em que os empregados trabalham em posições desconfortáveis e a frequência com que ficam cansados no trabalho. É alto o percentual dos que responderam trabalhar “todo tempo” ou “grande parte do tempo” em posições desconfortáveis – 17,5%, no ABC e 19%, no Sul Fluminense. No entanto, um número expressivo, acima de 60% nas duas localidades diz “nunca” trabalhar em posições desconfortáveis. Apesar disso, o fato de que mais de 30% dos entrevistados nas duas localidades terem revelado desenvolver suas atividades em posições desconfortáveis já é um percentual expressivo e diz um pouco do cotidiano do trabalho fabril nas grandes montadoras.

Quando perguntados sobre a frequência com que ficavam cansados no trabalho, Tabela 13, um percentual pequeno de operários, 12,7% (ABC) e 11,1% (Sul Fluminense) escolheu a resposta “nun-

ca”. Nesse quesito, a avaliação predominante é a de que ficam cansados “alguns dias”: nos dois casos, aproximadamente 60%. Vale dizer, mesmo que mais de 60% tenham respondido não trabalharem em posições desconfortáveis (Tabela 12), um percentual que se aproxima de 60% de trabalhadores que nas duas localidades afirmou que em “alguns dias”, ficavam exaustos no trabalho. Se somarmos aqueles que ficam cansados “todos os dias” com os que responderam “a maioria dos dias”, chegamos a um percentual expressivo de quase 26% no ABC e mais de 23% no Sul Fluminense. Na melhor das hipóteses, os dados demonstram que ¼ dos trabalhadores, nas duas localidades, se sentem cansados a maioria dos dias o que sugere um ritmo de trabalho bastante intenso no interior das fábricas.

IMAGEM DA EMPRESA E PRESSÃO NO TRABALHO

Para a análise da imagem da empresa e da pressão no trabalho, foram consideradas as seguintes opiniões: valorização do trabalho na empresa, relação empresa - funcionário, política de incentivo, pressões no ambiente de trabalho e fora dele.

A Tabela 14 mostra que o percentual de trabalhadores que dizem sentir orgulho de trabalhar na empresa é muito alto nas duas localidades: 94% no ABC e 90% no Sul Fluminense (Rodrigues e Martins, 2005). É importante considerar, nesse quesito, o significado que se atribui ao fato de estar empregado em uma grande montadora, em geral recebendo salários mais altos, tendo condições melhores de trabalho, em comparação com a média de emprego no setor secundário, e construindo

Tabela 14 - Valorização do trabalho na empresa

Orgulho em trabalhar na empresa	ABC Paulista %	Sul Fluminense %
Sim	93,9	89,7
Não	1,4	6,7
Não sei	4,7	3,6
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2003

do laços de solidariedade de classe. Está em jogo também a manutenção do emprego em um novo contexto de desemprego e precarização do trabalho.

No que tange à relação empresa - funcionário, na Tabela 15, apesar de algumas discrepâncias entre os níveis “ótimo” e “bom”, chama a atenção o índice de aprovação de aproximadamente 80% dos trabalhadores, sendo que, no ABC, 18,6% afirmaram que essas relações eram “ótimas”, e, no Sul Fluminense, esse percentual praticamente dobrou, 36,7%. Há, no entanto, um conjunto de trabalhadores que considera as relações entre a empresa e os funcionários apenas “razoáveis”: um pouco mais de 20% no ABC e, aproximadamente, 17% no Sul Fluminense. De todo modo, essa opinião da expressiva maioria da mão-de-obra nas duas localidades, bastante favorável à política de recursos humanos das empresas, não impede as tensões, conflitos e as greves que se manifestam com certa frequência no interior da produção.

Tabela 15 - Opinião sobre relação empresa - funcionário

Opinião sobre relação empresa - funcionário	ABC Paulista %	Sul Fluminense %
Ótimo	18,6	36,7
Bom	58,8	45,6
Razoável	20,5	16,7
Ruim	2,1	1,0
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2003

Quando perguntados sobre a política da empresa com relação aos incentivos proporcionados aos seus funcionários, na Tabela 16, observa-se o seguinte: cerca de 9% consideram que as empresas em que trabalham são “ótimas” no ABC, contra 14,4% dos empregados do Sul Fluminense; e “boas”, 41,3% no ABC e 42,2% dos operários no Sul Fluminense. Aqueles que consideraram estas políticas “ruins” atingiram um percentual de 11% e 12%, respectivamente. De toda forma, com relação à aprovação da empresa no que tange à política de incentivos, mais uma vez, há uma apro-

ximação: nos dois casos, mais de 50% dos entrevistados responderam que essa política é “ótima” ou “boa”. Uma das explicações para esse índice elevado, entre os outros aspectos, se deve ao apoio que essas empresas dão, principalmente, na forma de bolsa de estudos para que seus funcionários, em particular, os mais jovens, possam se manter estudando, mormente em escolas particulares de ensino superior. E pela existência da “Participação nos Lucros ou Resultados”, que, em geral, agrega uma remuneração extra ao total anual de salários.

Tabela 16 - Política de incentivo da empresa

Política de incentivo da empresa	ABC Paulista %	Sul Fluminense %
Ótimo	8,6	14,4
Bom	41,3	42,2
Razoável	33,5	25,6
Ruim	11,2	12,2
Não existe	3,0	5,6
Não sabe	2,4	-
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2003

A Tabela 17 se refere à “pressão no trabalho” e indica que quase 40% dos empregados nas montadoras do ABC consideram que há pressão no interior da empresa contra, aproximadamente, um terço dos operários do Sul Fluminense. No entanto, cerca de um quarto dos trabalhadores de São Paulo e 36% daqueles que trabalham no Rio de Janeiro opinaram que “nunca” houve pressão no cotidiano fabril. De toda forma, uma leitura mais atenta dessa Tabela nos leva a considerar que, no primeiro caso, mais de 76% reconhecem a exis-

Tabela 17 - Pressão no trabalho

Pressão no trabalho	ABC Paulista %	Sul Fluminense %
Muito	10	12,2
Razoável	28,5	18,9
Pouco	21,7	21,1
Muito pouco	16,2	12,2
Nunca	23,6	35,6
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2003

tência de algum tipo de pressão no dia-a-dia da produção, contra 65% no Sul Fluminense. Esses dados, de certa forma, desmontam uma visão idílica de que os operários das montadoras, por estarem entre os mais bem pagos do setor industrial e por terem um grau mais desenvolvido de organização, sofreriam menos pressão no trabalho fabril.

A Tabela 18 trata das preocupações com o cotidiano fabril, mesmo quando os trabalhadores estão fora da fábrica. Os dados mostram que a “pressão” do trabalho existe sobre o operário, mesmo ele estando nos seus afazeres pessoais, e que sua mente fica ocupada diuturnamente e, por que não dizer, “capturada”, na sua quase totalidade, pelos problemas presentes no espaço da produção. Isso ocorre para mais de um quarto dos empregados no ABC, ao passo que, no Sul Fluminense, esses números se aproximam de 40%! A tabela mostra também que mais de 80%, no ABC, e aproximadamente 90% dos entrevistados do Sul Fluminense, em maior ou menor grau, ficam com a cabeça “voltada” para o trabalho, mesmo quando estão distante dele, o que pode talvez explicar um nível elevado de *stress* dos operários nas empresas pesquisadas.

Tabela 18 - Preocupação com o trabalho quando está fora

Preocupação com o trabalho	ABC Paulista %	Sul Fluminense %
Muito	26,1	37,8
Razoavelmente	20,4	21,1
Pouco	23,8	17,8
Muito pouco	12,1	11,1
Nunca	17,6	12,2
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2003

Por fim, a Tabela 19 traz à tona o tema do desemprego. A preocupação com a possibilidade de perder o emprego é muito alta, tanto em um grupo quanto em outro. Entre os empregados das montadoras do ABC, essa questão aflige 80% dos entrevistados e no Sul Fluminense alcança 70%, sendo que, entre aqueles que disseram estar muito preocupados, 30% se encontram no ABC e 20% estão no Sul Fluminense. Esses dados revelam um

estado geral de insegurança quanto ao emprego, o que parece ser uma das principais características das novas plantas flexíveis, enxutas e reestruturadas.

Tabela 19 - Preocupação em perder o emprego

Preocupação em perder o emprego	ABC Paulista %	Sul Fluminense %
Muito preocupado	29,7	18,9
Preocupado	50,6	50,0
Não preocupado	19,9	31,1
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2003

Os temas relacionados à imagem da empresa e às pressões no trabalho apresentam aspectos, à primeira vista, contraditórios. De um lado, há uma clara valorização do trabalho na empresa quando ambos os grupos pesquisados afirmaram “ter orgulho de trabalhar na empresa”. Esse padrão de resposta parece ter relação com o fato de os empregados se considerarem respeitados como trabalhadores, terem um bom salário, poderem participar do sindicato, entre outros aspectos. Mas não nos parece que signifique um cheque em branco às firmas: há, nessa relação, contrapartidas exigidas pelos trabalhadores que, muitas vezes, são obtidas através de greves e de conflitos cotidianos. Por outro lado, mesmo com o “orgulho”, os entrevistados se sentem pressionados tanto no dia a dia do trabalho quanto quando estão fora dele e estão preocupados com a possibilidade de perder o emprego, o que complexifica essa situação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhadores do segmento automotivo das quatro principais montadoras da região do ABC têm um diferencial significativo com relação a outros empregados de ramos distintos do setor industrial brasileiro. Têm salários mais altos que a média nacional, inclusive em comparação com as montadoras instaladas em outras regiões do país; têm, em geral, mais tempo de trabalho na empresa e uma situação de emprego razoavelmente estável,

para os padrões nacionais. Nesse caso específico, esses trabalhadores possuem também uma grande capacidade de pressão política, uma participação sindical significativa e, em alguma medida, construíram uma expressiva experiência de organização no local de trabalho e, devido às peculiaridades do sindicalismo-ABC, têm conseguido manter uma forte identidade política como classe trabalhadora.

O grupo operário do Sul Fluminense, diferentemente do ABC, encarna um perfil de trabalhador com as características dessa nova fase de investimentos da indústria automotiva, a saber: são majoritariamente jovens, com pouca experiência fabril, com salários mais baixos, com boa escolarização e formação técnica já adaptada às novas estratégias produtivas e com escassa participação sindical.

Os dados da pesquisa não permitem afirmar a existência de uma velha classe trabalhadora, em contraposição a uma nova, se estivermos pensando em tradições, culturas, modos de vida distintos.

Na verdade, mesmo com histórias de vida construídas em contextos e momentos diferentes, há muito mais semelhanças do que diferenças entre esses dois grupos operários. Isso se deve, em parte, ao fato de que esses trabalhadores são empregados em fábricas que se reestruturaram recentemente em regiões tradicionais (ABC) ou empresas recém inauguradas de regiões novas e sem tradição de trabalho nas montadoras (Sul Fluminense). De um lado, empresas que “encolheram” o contingente da mão-de-obra, porque reestruturadas; de outro, aquelas que já se iniciam nos parâmetros da chamada produção enxuta, porque novas. Em ambos os casos, tanto os trabalhadores quanto os sindicatos encontram dificuldades em lidar com as novas formas de organização da produção na indústria automobilística.

As novas formas de gestão sofisticaram as atividades de controle sobre o trabalho e levaram, inclusive, a uma competição das empresas com os sindicatos, com vistas a convencer os trabalhadores da importância das novas estratégias de parti-

cipação no chão de fábrica. Os chamados “modelos” de gestão do trabalho são aspectos dessa reestruturação mais geral, que se reflete diretamente na relação entre capital e trabalho no interior das montadoras. Algumas das facetas desse processo são as multitarefas, a flexibilização do trabalho, o trabalho em equipe, a célula de manufatura, mudanças organizacionais que levam às últimas consequências pressões por resultados na produção, maior responsabilidade do trabalhador no ambiente de trabalho, entre outros aspectos.

Essa dinâmica leva a um aumento significativo da pressão no trabalho, do ritmo da produção, e os operários e seus representantes têm dificuldade de se contrapor a esses aspectos nas novas condições da organização capitalista da produção nas montadoras.

O fenômeno das mudanças na gestão do trabalho no interior das empresas traz, ao mesmo tempo, uma dispersão significativa e, até mesmo, fragmentação entre os trabalhadores, o que resulta num dilema crucial para a ação sindical. Isto é, como tornar compatível um movimento que é fragmentário e dispersivo, desse modo, “individualizante” – expressão destes novos tempos –, com aqueles princípios que, em certo sentido, são a essência da atividade sindical, a solidariedade e as atividades coletivas?

A despeito das diferenças encontradas no perfil socioeconômico, no que tange à escolaridade, idade, salários, tempo de empresa, tradição operária, a principal diferença entre os dois grupos é o capital tanto político quanto simbólico dos metalúrgicos do ABC, que está ausente entre os trabalhadores do Sul Fluminense. Outro aspecto que certamente, está presente entre os primeiros é a *marca* da geração anterior, de seus pais, em uma proporção bem maior que os do Sul Fluminense.

No entanto, do ponto de vista da relação com o processo produtivo, as opiniões dos trabalhadores das duas localidades convergem, especialmente quando perguntados sobre as condições de trabalho, a imagem da empresa e a pressão no chão de fábrica. Isso parece indicar que, no interior das unidades fabris reestruturadas ou “enxu-

tas”, as estratégias das empresas são também muito semelhantes e capazes de exigir uma dedicação e um consentimento dos trabalhadores que independem de suas tradições de classe, além da ameaça permanente de desemprego, parte integrante desse novo contexto. Mesmo nessas condições, percebe-se, nas análises realizadas nos últimos anos, o surgimento de novos mecanismos de resistência por parte dos operários e dos sindicatos, que se manifestam no cotidiano fabril e nas greves e protestos públicos, mas também na amplitude da participação sindical em outras instâncias da esfera pública que afetam a vida dos trabalhadores.

(Recebido para publicação em fevereiro 2006)

(Aceito em março de 2006)

REFERÊNCIAS

ARBIX, Glauco; RODRÍGUEZ-POSE, Andrés. Estratégias do desperdício – a guerra entre Estados e Municípios por novos investimentos e as incertezas do desenvolvimento. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.54, jul., 1999.

CONCEIÇÃO, Jefferson José. *As fábricas do ABC no olho do furacão: a indústria de autopeças e a reestruturação da cadeia de produção automotiva nos anos 90*. 2001. Dissertação (Mestrado) - IMES, São Caetano do Sul, São Paulo.

MARTINS RODRIGUES, Leôncio. Trabalhadores de uma indústria automobilística: perfil social e participação sindical. In: _____. *Partidos e sindicatos*. São Paulo: Ática, 1990.

_____. *Industrialização e atitudes operárias*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. Um perfil dos trabalhadores do “consórcio modular”. In: *Trabalho e desenvolvimento regional: efeitos sociais da indústria automobilística no Rio de Janeiro* (Ramalho, J.R.; Santana, M.A. Orgs). Rio de Janeiro, Editora MAUAD X, 2006.

RODRIGUES, Iram JÁCOME; MARTINS, Heloisa de Souza. Perfil socioeconômico de jovens metalúrgicos. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 2, nov., 2005.

VENZON FRANCISCO, Elaine M. *A comissão enxuta: ação política na fábrica do consórcio modular em Resende*. São Paulo: Edusc/ANPOCS, 2005.